

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações Contábeis Consolidadas –
Conglomerado Prudencial
em 31 de dezembro de 2016**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
------------------------------------------------------------------------------	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES.....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	21
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	22
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30
9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	36
10. CARTEIRA DE CÂMBIO	36
11. OUTROS VALORES E BENS	37
12. INVESTIMENTOS	38
13. IMOBILIZADO DE USO	39
14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO.....	39
15. INTANGÍVEL.....	40
16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	40
17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES.....	41
18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	42
19. OUTRAS OBRIGAÇÕES	43
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	44
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	45
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	45
23. TRIBUTOS.....	47
24. PARTES RELACIONADAS.....	49
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	51
26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	52
27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	57
28. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	61



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao(s)
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas nº 2 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Votorantim S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 09 de fevereiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015		Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		55.245.465	62.532.355	PASSIVO CIRCULANTE		64.685.596	70.930.978
Disponibilidades	4	183.582	179.921	Depósitos	16a	2.782.122	2.627.146
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	17.066.698	16.893.189	Depósitos à vista		87.991	81.331
Aplicações no mercado aberto		14.702.886	14.852.649	Depósitos interfinanceiros		708.841	778.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.363.812	2.040.540	Depósitos a prazo		1.985.290	1.766.873
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		12.103.108	16.685.743	Captações no Mercado Aberto	16c	34.637.971	32.050.247
Carteira própria	6a	9.213.838	11.072.995	Carteira própria		22.656.894	26.291.499
Vinculados a compromissos de recompra	6a	472.730	3.486.611	Carteira de terceiros		9.774.594	4.713.636
Vinculados à prestação de garantias	6a	1.089.548	1.157.610	Carteira de livre movimentação		2.206.483	1.045.112
Instrumentos financeiros derivativos	6d	1.453.483	1.299.153	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	10.244.503	15.483.086
(Provisão para desvalorização de títulos)	6a	(126.491)	(330.626)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		8.981.104	7.659.358
Relações Interfinanceiras		340.641	72.157	Recursos de debêntures		-	571
Créditos vinculados	7a	340.569	20.232	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		1.263.399	7.823.157
Depósitos no Banco Central		340.569	20.232	Relações Interdependências		99.685	83.208
Repasses interfinanceiros		-	51.668	Recursos em trânsito de terceiros		99.685	83.208
Correspondentes		72	257	Obrigações por Empréstimos	17a	1.671.462	4.090.964
Operações de Crédito	8a	19.302.622	21.187.840	Empréstimos no exterior		1.671.462	4.090.964
Setor público		40.387	117.549	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17b	701.857	878.211
Setor privado		14.720.741	15.611.411	Tesouro Nacional		80.768	71.884
Operações de crédito vinculadas à cessão		6.723.321	7.345.265	BNDES		302.671	417.564
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(2.181.827)	(1.886.385)	FINAME		318.418	388.763
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.820)	(18.980)	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	1.721.867	1.805.525
Arrendamento a receber - Setor privado	8b	84.552	135.575	Outras Obrigações		12.826.129	13.912.591
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	8b	(83.899)	(131.713)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		19.209	17.975
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8a	(3.473)	(22.842)	Carteira de câmbio	9a	218.165	1.533.310
Outros Créditos		5.981.012	7.281.354	Sociais e estatutárias		240.213	297.798
Carteira de câmbio	9a	516.244	2.192.550	Fiscais e previdenciárias	19a	395.112	595.021
Rendas a receber		27.136	18.290	Cretores por antecipação de valor residual		4.315	45.723
Negociação e intermediação de valores		255.987	722.307	Negociação e intermediação de valores		362.657	367.996
Diversos	10	5.300.923	4.645.384	Dívidas subordinadas	19b	1.851.720	576.404
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8a	(119.278)	(297.177)	Diversas	19d	9.734.738	10.478.364
Outros Valores e Bens	11	270.622	251.131	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.894.560	31.771.251
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		283.023	263.344	EXIGIVEL A LONGO PRAZO		29.857.010	31.723.004
(Provisão para desvalorizações)		(46.812)	(45.457)	Depósitos	16a	1.795.515	1.578.732
Despesas antecipadas		34.411	33.244	Depósitos interfinanceiros		1.288.477	1.153.560
				Depósitos a prazo		507.038	425.172
ATIVO NÃO CIRCULANTE		47.581.814	47.786.538	Captações no Mercado Aberto	16c	1.035.408	749.675
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45.862.622	47.024.198	Carteira própria		1.035.408	749.675
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	49.583	294.207	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	11.557.911	9.839.719
Aplicações em depósitos interfinanceiros		49.583	294.207	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		11.505.211	9.539.573
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		17.838.739	16.287.748	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		52.700	300.146
Carteira própria	6a	8.405.709	7.204.130	Obrigações por Empréstimos	17a	126.845	137.011
Vinculados a compromissos de recompra	6a	8.059.424	5.844.175	Empréstimos no exterior		126.845	137.011
Vinculados à prestação de garantias	6a	1.007.665	1.989.055	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17b	2.702.644	2.787.022
Instrumentos financeiros derivativos	6d	1.231.802	1.250.388	Tesouro Nacional		1.971	5.804
(Provisão para desvalorização de títulos)	6a	(865.861)	-	BNDES		1.294.597	1.164.276
Operações de Crédito	8a	21.443.803	23.057.311	FINAME		1.406.076	1.616.942
Setor público		486.971	587.746	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	985.842	1.108.857
Setor privado		16.684.442	17.176.631	Outras Obrigações		11.652.845	15.521.988
Operações de crédito vinculadas à cessão		5.442.750	6.677.220	Fiscais e previdenciárias	19a	224.366	573.104
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.170.360)	(1.384.286)	Negociação e intermediação de valores		120.133	140.726
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.061)	(1.574)	Cretores por antecipação de valor residual		3.152	7.794
Arrendamento a receber - Setor privado	8b	61.771	81.441	Dívidas subordinadas	19b	3.024.914	5.469.532
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	8b	(61.294)	(79.122)	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	19c	1.168.944	881.642
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8a	(2.538)	(3.893)	Diversas	19d	7.111.336	8.449.190
Outros Créditos		6.314.720	7.012.047	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		37.550	48.247
Créditos por avais e fianças honrados		174.084	197.497	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.247.123	7.616.664
Rendas a receber		1.148	585	Capital		7.826.980	7.483.754
Negociação e intermediação de valores		2.206	566	De domiciliados no País	22a	7.826.980	7.483.754
Diversos	10	6.331.026	7.370.951	Reservas de Capital	22b	372.120	372.120
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8a	(193.744)	(557.552)	Reservas de Lucros	22c	195.124	392.434
Outros Valores e Bens	11	217.838	374.459	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22e	(147.101)	(631.644)
Despesas antecipadas		217.838	374.459				
PERMANENTE		1.719.192	762.340				
Investimentos		1.381.310	324.449				
Participações em controladas	12a	1.310.381	255.969				
No País		1.310.381	255.969				
Outros investimentos	12c	123.476	115.712				
(Imparidade acumulada)	12c	(52.547)	(47.232)				
Imobilizado de Uso	13	97.887	97.125				
Outras imobilizações de uso		304.457	248.989				
(Depreciação acumulada)		(206.570)	(151.864)				
Imobilizado de Arrendamento	14a	133.676	213.108				
Bens arrendados		269.416	439.711				
Superveniência / (Insuficiência) de depreciação		(7.739)	60.716				
Depreciações acumuladas		(128.001)	(287.319)				
Intangível	15a	106.319	85.351				
Ativos intangíveis		202.084	170.330				
(Amortização acumulada)		(78.153)	(60.129)				
(Imparidade acumulada)		(17.612)	(24.850)				
Diferido		-	42.307				
Gastos de organização e expansão		-	36.851				
Perdas em arrendamentos a amortizar		-	37.812				
(Amortização acumulada)		-	(32.356)				
TOTAL DO ATIVO		102.827.279	110.318.893	TOTAL DO PASSIVO		102.827.279	110.318.893

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e

semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.917.288	15.182.618	20.494.141
Operações de crédito	8c	3.659.569	6.661.252	8.251.554
Operações de arrendamento mercantil	8i	77.434	191.088	689.431
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	2.659.433	4.673.553	5.049.816
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6d	115.892	372.356	2.378.160
Resultado das aplicações compulsórias	7b	26.408	42.792	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8l	1.378.552	3.241.577	4.125.180
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(7.048.712)	(12.522.385)	(18.412.211)
Operações de captação no mercado	16d	(4.207.443)	(7.798.507)	(10.775.864)
Operações de empréstimos e repasses	17c	(165.433)	374.214	(1.441.063)
Operações de arrendamento mercantil	8i	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Resultado de operações de câmbio	9b	54.919	(264.398)	507.869
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8l	(891.123)	(2.208.256)	(3.018.154)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(1.775.773)	(2.467.002)	(3.061.043)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		868.576	2.660.233	2.081.930
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.035.530)	(2.144.379)	(2.326.256)
Receitas de prestação de serviços	20a	261.073	497.635	442.864
Rendas de tarifas bancárias	20b	341.472	626.066	518.659
Despesas de pessoal	20c	(633.595)	(1.229.722)	(1.209.701)
Outras despesas administrativas	20d	(588.792)	(1.150.479)	(1.123.415)
Despesas tributárias	23c	(181.686)	(385.973)	(401.992)
Resultado de participações em controladas	12a	(98.751)	(8.908)	155.873
Outras receitas operacionais	20e	324.862	448.647	358.259
Outras despesas operacionais	20f	(460.113)	(941.645)	(1.066.803)
RESULTADO OPERACIONAL		(166.954)	515.854	(244.326)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	(4.561)	942	(28.757)
Receitas não operacionais		(11.734)	31.938	16.405
Despesas não operacionais		7.173	(30.996)	(45.162)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(171.515)	516.796	(273.083)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23a	272.891	(138.006)	935.751
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(48.738)	(131.743)	(180.948)
LUCRO LÍQUIDO		52.638	247.047	481.720

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e 2015
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva Legal	Outras	Reservas			
Saldos em 31.12.2014		7.125.761	372.120	25.123		357.993	(327.123)	-	7.553.874
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	22e	-	-	-	-	-	(304.521)	-	(304.521)
Aumento de capital	22a	357.993	-	-		(357.993)	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-		-	-	481.720	481.720
Destinações:									
Reserva legal		-	-	24.085		-	-	(24.085)	-
Dividendos	22d	-	-	-		-	-	(114.409)	(114.409)
Reserva especial de lucros		-	-	-		343.226	-	(343.226)	-
Saldos em 31.12.2015		7.483.754	372.120	49.208		343.226	(631.644)	-	7.616.664
Mutações do período		357.993		24.085		(14.767)	(304.521)		62.790
Saldos em 30.06.2016		7.826.980	372.120	58.928		-	(160.300)	184.689	8.282.417
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	22e	-	-	-		-	13.199	-	13.199
Atualização de títulos patrimoniais		-	-	-		-	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-		-	-	52.638	52.638
Destinações:									
Reserva legal		-	-	11.571		-	-	(11.571)	-
Dividendos	22d	-	-	-		-	-	(101.131)	(101.131)
Reserva especial de lucros		-	-	-		124.625	-	(124.625)	-
Saldos em 31.12.2016		7.826.980	372.120	70.499		124.625	(147.101)	-	8.247.123
Mutações do período		-		11.571			13.199	(184.689)	(35.294)
Saldos em 31.12.2015		7.483.754	372.120	49.208		343.226	(631.644)	-	7.616.664
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	22e	-	-	-		-	484.543	-	484.543
Aumento de capital	22a	343.226	-	-		(343.226)	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-		-	-	247.047	247.047
Destinações:									
Reserva legal		-	-	21.291		-	-	(21.291)	-
Dividendos	22d	-	-	-		-	-	(101.131)	(101.131)
Reserva especial de lucros		-	-	-		124.625	-	(124.625)	-
Saldos em 31.12.2016		7.826.980	372.120	70.499		124.625	(147.101)	-	8.247.123
Mutações do período		343.226	-	21.291		(218.601)	484.543	-	630.459

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e

semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2016	Exercicio/2016	Exercicio/2015
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		(171.515)	516.796	(273.083)
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		481.177	1.215.387	1.358.005
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos		1.775.773	2.467.002	3.061.043
Depreciações e amortizações		57.677	141.216	189.322
Insuficiência de depreciação		24.609	68.455	442.517
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		99.278	665.737	194.732
Resultado de participação em controladas	12	98.751	8.908	(155.873)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	21	27.788	20.258	19.113
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	21	(14.849)	2.804	10.722
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		(57.177)	(13.636)	(102.345)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(12.773)	167.270	(234.980)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.057.947)	(1.421.191)	(1.287.360)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(266.583)	(679.605)	(711.179)
Outras receitas e despesas operacionais		(195.830)	(214.420)	(66.993)
Outras receitas e despesas não operacionais		2.474	2.474	-
Outros ajustes		(14)	115	(714)
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		309.662	1.732.183	1.084.922
Variações Patrimoniais		(3.126.291)	(12.623.710)	1.856.483
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.453.836	(6.704.788)	(3.727.644)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(262.427)	(397.176)	(1.505.915)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		101.647	68.330	16.624
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		244.622	(320.337)	34.973
(Aumento) Redução em operações de crédito		(1.033.246)	617.628	231.345
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(587)	(17.871)	(22.766)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(27.942)	997.386	(1.586.876)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		44.489	114.068	168.208
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.978)	(193.548)	(374.608)
(Redução) Aumento em depósitos		869.292	371.759	395.348
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(2.396.268)	2.873.457	4.814.101
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		2.526.654	(3.520.391)	2.408.915
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(1.006.102)	(2.690.400)	1.231.431
(Redução) Aumento em outras obrigações		(3.613.897)	(3.811.130)	(242.439)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		1.616	(10.697)	15.786
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(2.816.629)	(10.891.527)	2.941.405
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(5.044.529)	(8.587.398)	(9.072.543)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.296.717)	(4.956.259)	-
(Aquisição) de investimentos		(107.943)	(107.943)	(17.958)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento		(44.517)	(80.316)	(111.590)
(Aquisição) de intangíveis		(24.574)	(52.563)	(72.123)
(Aquisição) de diferidos		(9.350)	(20.034)	(23.506)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		3.588.171	12.308.572	9.709.735
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		4.865.889	6.585.365	1.649.534
Alienação/Redução de investimentos		-	-	2.420
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		13.402	35.822	103.780
Alienação de intangíveis		1.684	6.533	5.324
Alienação de diferidos		333	333	5.251
Juros sobre o capital próprio / Dividendos recebidos		-	150.852	142.615
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.941.849	5.282.964	2.320.939
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
Dividendos pagos		-	(114.409)	(119.331)
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		(574.435)	(1.169.302)	240.688
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital		193.553	287.302	447.352
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(380.882)	(996.409)	568.709
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.255.662)	(6.604.972)	5.831.053
Início do período		3.338.604	8.867.957	2.801.924
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		12.773	(167.270)	234.980
Fim do período	4	2.095.715	2.095.715	8.867.957
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.255.662)	(6.604.972)	5.831.053

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Conglomerado) é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Prudencial.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do Conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. A variação cambial das operações foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior estão apresentadas no grupo de “Resultado de instrumentos financeiros derivativos”, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Em 28 de Julho de 2016 foi emitida a Resolução CMN Nº 4.512 que dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas. A norma requer a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dessa Resolução, em 01 de Janeiro de 2017, devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Na nota explicativa nº 29 é apresentada a estimativa do impacto da adoção dos procedimentos contábeis estabelecidos por essa Resolução.

Em 29 de Setembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN Nº 4.524 que trata dos procedimentos contábeis a serem observados no reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras e no *Hedge* de variação cambial de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior. Esta norma revogou a Resolução Nº 4.455, de 17 de dezembro, e a Resolução Nº 4.491, de 31 de maio de 2016, e deve ser aplicada prospectivamente a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para o Conglomerado.

Em 24 de Novembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN Nº 4.534 que trata do reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e do diferido. Requerimentos referentes à descontinuidade dos registros contábeis do ativo diferido tornou-se vigente a partir da data de publicação da norma, e os demais requerimentos, relativos à mensuração e classificação do ativo intangível, devem ser aplicados prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para o Conglomerado.

A Resolução CMN Nº 4.535, também emitida em 24 de Novembro de 2016, trata do registro contábil dos componentes do imobilizado e aplica-se prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos relevantes para o Conglomerado.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2017.

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	% de Participação	
		31.12.2016	31.12.2015
Segmento Bancário – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ⁽¹⁾	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. ⁽¹⁾	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário – Exterior			
Votorantim Bank Limited ⁽¹⁾	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc. ⁽¹⁾	Corretora	100,00%	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited ⁽¹⁾	Corretora	100,00%	100,00%
Outros Segmentos			
BVIA Fundo de Investimento em Participações ⁽²⁾	Fundo de investimento	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Controladas financeiras.

⁽²⁾ Consolidada conforme Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.280/2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação da variação cambial de investimentos no exterior de Outras Receitas/Despesas Operacionais para Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do Resultado

	Exercício/2015		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.477.192	16.949	20.494.141
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (nota 6d9)	1.853.342	524.818	2.378.160
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.801.438)	(524.818)	(2.326.256)
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	981.850	(623.591)	358.259
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(1.158.718)	91.915	(1.066.803)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Os contratos de arrendamento mercantil são apresentados de acordo com a natureza individual dos itens que compõem essas operações (Nota Explicativa 8b e 8c):

- Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência / Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito passou a ser registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota Explicativa nº 13).

Diferido: Em decorrência da aplicação da Resolução Nº 4.534 emitida em 24 de Novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, o saldo de ativo diferido composto por gastos em imóveis de terceiros efetuados até 30 de setembro de 2008, foram reclassificados do grupo de ativo diferido para o grupo de imobilizado, e as despesas de amortização associadas foram reclassificadas para despesa de depreciação. As perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares (Nota Explicativa nº 14). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (Nota Explicativa nº 20d). A entidade avalia ao fim de cada período de reporte se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os softwares desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

No “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas – Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal – Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Conglomerado, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição, esta constitui Passivo Contingente "Avais e Fianças não honradas", baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações – Diversas – Provisão para Perdas – Fianças não Honradas (Nota Explicativa nº 19d).

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	183.582	179.921
Disponibilidades em moeda nacional	83.027	5.219
Disponibilidades em moeda estrangeira	100.555	174.702
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	1.912.133	8.688.036
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	711.425	7.499.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	897.954	991.360
Aplicações em moedas estrangeiras	302.754	197.572
Total	2.095.715	8.867.957

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto	14.702.886	14.852.649
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	2.716.713	9.055.642
Letras Financeiras do Tesouro	114.119	1.300.057
Letras do Tesouro Nacional	680.436	577.629
Notas do Tesouro Nacional	1.922.158	7.177.956
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	9.796.964	4.725.598
Letras Financeiras do Tesouro	6.497.077	-
Letras do Tesouro Nacional	2.485.704	707.030
Notas do Tesouro Nacional	814.183	4.018.568
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	2.189.209	1.071.409
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	2.189.209	1.071.409
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.413.395	2.334.747
Total	17.116.281	17.187.396
Ativo circulante	17.066.698	16.893.189
Ativo não circulante	49.583	294.207

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	1.148.212	2.280.236	1.791.697
Posição bancada	(38.865)	443.086	1.368.628
Posição financiada	1.115.757	1.694.668	356.024
Posição vendida	71.320	142.482	67.045
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	66.670	138.143	117.062
Total	1.214.882	2.418.379	1.908.759

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	138	3.704.662	43.143	160.952	1.821.553	5.764.884	5.730.448	(34.436)	5.291.493	5.214.663	(76.830)
Títulos Públicos	-	3.702.374	41.150	160.498	1.793.262	5.731.404	5.697.284	(34.120)	5.161.629	5.085.070	(76.559)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	110	21.172	177.760	199.114	199.042	(72)	580.720	580.703	(17)
Letras do Tesouro Nacional	-	2.270.334	-	139.326	870.077	3.272.031	3.279.737	7.706	2.945.833	2.944.685	(1.148)
Notas do Tesouro Nacional	-	1.432.040	41.040	-	741.525	2.256.334	2.214.605	(41.729)	1.621.663	1.546.970	(74.693)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	3.900	3.925	3.900	(25)	13.413	12.712	(701)
Títulos Privados	138	2.288	1.993	454	28.291	33.480	33.164	(316)	129.864	129.593	(271)
Ações	138	-	-	-	-	52	138	86	52	203	151
Eurobonds	-	2.288	1.993	454	6.135	10.927	10.870	(57)	1.842	981	(861)
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	97.820	97.820	-
Outros	-	-	-	-	22.156	22.501	22.156	(345)	30.150	30.589	439
2 – Títulos Disponíveis para Venda	611.970	1.071.532	293.653	836.923	11.783.190	14.922.869	14.597.268	(325.601)	18.752.976	18.060.806	(692.170)
Títulos Públicos	-	909.538	107.250	149.726	6.976.948	8.063.668	8.143.462	79.794	10.811.150	10.275.980	(535.170)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	144	149.010	1.729.802	1.879.673	1.878.956	(717)	1.525	1.525	-
Letras do Tesouro Nacional	-	909.538	-	-	528.790	1.424.026	1.438.328	14.302	5.185.339	4.996.967	(188.372)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	107.106	-	3.356.707	3.429.586	3.463.813	34.227	4.539.090	4.257.412	(281.678)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	716	-	707	716	9	1.322	1.310	(12)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.361.649	1.329.676	1.361.649	31.973	1.083.874	1.018.766	(65.108)
Títulos Privados	611.970	161.994	186.403	687.197	4.806.242	6.859.201	6.453.806	(405.395)	7.941.826	7.784.826	(157.000)
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	20.545	418.142	3.706.648	4.411.909	4.145.335	(266.574)	3.199.560	3.081.252	(118.308)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	-	232.847	-	233.423	232.847	(576)	636.030	585.321	(50.709)
Ações ⁽³⁾	591.738	-	-	-	-	691.530	591.738	(99.792)	1.462.686	1.653.502	190.816
Cotas de Fundos de Investimentos	20.232	-	-	-	105.496	125.728	125.728	-	634.179	634.179	-
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁴⁾	-	16.918	55.186	36.208	121.744	240.015	230.056	(9.959)	390.383	374.127	(16.256)
Eurobonds ⁽⁵⁾	-	-	13.044	-	475.759	520.759	488.803	(31.956)	670.230	535.991	(134.239)
Credit Linked Notes	-	-	97.628	-	-	97.987	97.628	(359)	242.451	220.067	(22.384)
Letras Financeiras	-	145.076	-	-	55.721	200.888	200.797	(91)	443.184	439.012	(4.172)
Outros	-	-	-	-	340.874	336.962	340.874	3.912	263.123	261.375	(1.748)
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	-	838.621	297.518	-	5.925.469	6.928.846	7.061.608	132.762	7.148.481	7.084.905	(63.576)
Títulos Públicos	-	838.621	297.518	-	5.925.469	6.928.846	7.061.608	132.762	7.148.481	7.084.905	(63.576)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	4.143.466	4.025.086	4.143.466	118.380	5.186.366	5.151.226	(35.140)
Notas do Tesouro Nacional	-	838.621	297.518	-	1.782.003	2.903.760	2.918.142	14.382	1.962.115	1.933.679	(28.436)
Total (1 + 2 + 3)	612.108	5.614.815	634.314	997.875	19.530.212	27.616.599	27.389.324	(227.275)	31.192.950	30.360.374	(832.576)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações estão apresentadas ao valor de mercado.

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para perdas no montante de R\$ 894.514 (R\$ 75.764 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para perdas no montante de R\$ 101.397 em 31 de dezembro de 2015 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo das Ações inclui provisão para perdas no montante de R\$ 74.745 (R\$ 87.444 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (4) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 8.286 (R\$ 7.132 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (5) O valor de custo de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 14.807 (R\$ 58.889 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016								31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	612.108	5.614.815	634.314	997.875	19.530.212	27.616.599	27.389.324	(227.275)	31.192.950	30.360.374	(832.576)
Carteira própria	686.853	3.505.693	526.704	722.870	11.983.728	17.785.464	17.425.848	(359.616)	13.338.177	18.253.820	4.915.643
Vinculados a compromisso de recompra	-	2.133.381	251	243.229	6.464.478	8.689.031	8.841.339	152.308	14.879.999	9.301.830	(5.578.169)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	107.359	59.263	1.947.867	2.134.456	2.114.489	(19.967)	3.305.400	3.135.350	(170.050)
Provisão para desvalorização de títulos	(74.745)	(24.259)	-	(27.487)	(865.861)	(992.352)	(992.352)	-	(330.626)	(330.626)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2016						31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	612.108	7.247.004	15.331.929	3.914.865	283.418	27.616.599	27.389.324	31.192.950	30.360.374
Títulos para negociação	138	3.908.757	1.155.754	663.268	2.531	5.764.884	5.730.448	5.291.493	5.214.663
Títulos Disponíveis para Venda	611.970	2.202.108	8.656.783	2.916.684	209.723	14.922.869	14.597.268	18.752.976	18.060.806
Títulos Mantidos até o vencimento	-	1.136.139	5.519.392	334.913	71.164	6.928.846	7.061.608	7.148.481	7.084.905

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	10.649.625	16.606.937	27.256.562	15.386.590	15.037.360	30.423.950
Carteira própria	9.213.838	8.405.709	17.619.547	11.072.995	7.204.130	18.277.125
Vinculados a compromisso de recompra	472.730	8.059.424	8.532.154	3.486.611	5.844.175	9.330.786
Vinculados à prestação de garantias	1.089.548	1.007.665	2.097.213	1.157.610	1.989.055	3.146.665
Provisão para desvalorização de títulos	(126.491)	(865.861)	(992.352)	(330.626)	-	(330.626)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.12.2016		31.12.2015	
1 – Título para Negociação	5.730.448	21%	5.214.663	17%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	14.597.268	54%	18.060.806	60%
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	6.928.846	25%	7.148.481	23%
Valor contábil da carteira	27.256.562	100%	30.423.950	100%
Marcação a mercado da categoria três	132.762		(63.576)	
Valor de mercado da carteira	27.389.324		30.360.374	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 6.928.846 (R\$ 7.148.481 em 31 de dezembro de 2015), representando 25% do total de títulos e valores mobiliários (23% em 31 de dezembro de 2015).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.214.882	2.418.379	1.908.759
Títulos de renda fixa	1.129.306	2.032.137	2.896.586
Títulos no exterior	33.076	(44.752)	(115.034)
Títulos de renda variável	206.225	117.786	225.077
Aplicações em fundos de investimento	75.852	149.620	134.215
Outros	92	383	213
Total	2.659.433	4.673.553	5.049.816

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	801.988	759.962	(42.026)
Total	801.988	759.962	(42.026)

Também no exercício de 2016 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos – Letras Financeiras do Tesouro, passando da categoria “Títulos para negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Letras Financeiras do Tesouro	28.636	28.626	(10)
Total	28.636	28.626	(10)

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	28.014.200	-	-	31.336.697	-	-
DI	15.192.049	-	-	9.689.066	-	-
Moedas	1.612.388	-	-	3.655.150	-	-
Índice	1.278.055	-	-	492.173	-	-
Cupom cambial	9.931.708	-	-	17.500.308	-	-
Compromissos de Venda	57.685.592	-	-	52.433.963	-	-
DI	32.039.719	-	-	25.848.628	-	-
Moedas	1.609.229	-	-	807.850	-	-
Índice	327.655	-	-	32.794	-	-
Cupom cambial	23.708.989	-	-	25.744.691	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	314.132	314.132	314.092	5.088	5.088	5.127
Termo de moeda	73.863	73.863	73.863	5.088	5.088	5.127
Termo de títulos públicos	240.269	240.269	240.229	-	-	-
Posição Passiva	314.132	(314.132)	(309.209)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de moeda	73.863	(73.863)	(69.017)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de títulos públicos	240.269	(240.269)	(240.192)	-	-	-
Contratos de Opções⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	9.628.705	217.717	78.080	11.867.709	472.390	592.222
Moeda estrangeira	8.018.900	168.921	49.732	8.837.000	413.343	494.547
Opções Flexíveis	594.485	12.042	1.810	2.865.709	49.064	96.505
Ações	1.015.320	36.754	26.538	165.000	9.983	1.170
De venda – Posição Comprada	9.988.348	704.612	849.067	9.095.592	225.159	83.882
Moeda estrangeira	5.754.700	222.717	341.334	8.556.044	198.163	43.015
Opções Flexíveis	2.915.426	177.133	223.022	6.048	336	233
Ações	1.318.222	304.762	284.711	533.500	26.660	40.634
De compra – Posição Vendida	14.804.009	(568.483)	(377.201)	14.799.098	(629.808)	(1.295.934)
Moeda estrangeira	9.299.763	(188.411)	(33.759)	13.142.625	(485.323)	(1.261.532)
Opções Flexíveis	3.891.606	(342.743)	(307.245)	1.289.173	(136.269)	(33.848)
Ações	1.612.640	(37.329)	(36.197)	367.300	(8.216)	(554)
De venda – Posição Vendida	8.597.969	(707.500)	(921.989)	8.397.037	(168.309)	(98.931)
Moeda estrangeira	6.039.325	(643.709)	(842.701)	6.142.250	(111.633)	(60.366)
Opções Flexíveis	575.924	(15.735)	(40.956)	2.129.287	(51.319)	(29.255)
Ações	1.982.720	(48.056)	(38.332)	125.500	(5.357)	(9.310)
Contratos de Swaps^{(1) (2)}						
Posição Ativa	12.412.169	1.348.737	1.348.023	18.511.827	1.716.859	1.570.371
DI	7.186.349	720.751	702.734	12.756.083	249.039	377.992
Moeda estrangeira	1.382.488	289.315	223.079	1.977.587	949.677	790.663
Pré-fixado	806.176	20.431	122.690	938.579	36.443	8.886
IPCA	2.477.513	242.339	212.235	2.301.378	216.788	120.353
IGPM	285.000	75.751	74.534	362.000	91.019	79.267
Libor	180.580	3	326	154.133	173.887	191.216
Outros	94.063	147	12.425	22.067	6	1.994
Posição Passiva	7.356.954	(822.107)	(921.632)	10.003.941	(1.427.146)	(1.394.212)
DI	2.086.776	(109.035)	(71.688)	1.947.021	(27.713)	(249.082)
Moeda estrangeira	1.418.788	(168.358)	(163.518)	4.968.147	(820.265)	(723.891)
Pré-fixado	915.623	(16.017)	(160.162)	58.571	(72)	(29)
IPCA	2.699.789	(483.577)	(480.293)	2.641.604	(412.780)	(253.605)
IGPM	95.000	(44.239)	(44.147)	170.000	(81.020)	(78.827)
Libor	130.978	(764)	(1.098)	218.598	(85.296)	(88.778)
Outros	10.000	(117)	(726)	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros						
Derivativos						
Posição Ativa	4.100.865	92.321	95.915	2.389.962	326.824	354.192
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	4.051.978	89.744	93.254	2.376.944	326.782	354.147
Derivativos de crédito	48.887	2.577	2.661	13.018	42	45
Posição Passiva	2.486.708	(182.960)	(177.678)	2.689.617	(75.714)	(120.217)
Non Deliverable Forward ⁽¹⁾	1.882.145	(164.396)	(165.826)	1.963.324	(53.907)	(72.677)
Derivativos de crédito	604.563	(18.564)	(11.852)	726.293	(21.807)	(47.540)

⁽¹⁾ O valor de mercado das operações de swap, opções e non deliverable forward contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

⁽²⁾ Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 108 (posição ativa foi positivo de R\$ 56.253, em 31 de dezembro de 2015).

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Contratos futuros	14.579.775	16.069.888	13.121.112	41.929.017	85.699.792	83.770.660
Contratos a termo	293.879	20.253	-	-	314.132	5.088
Contratos de opções	14.333.457	12.147.870	9.973.767	6.563.937	43.019.031	44.159.436
Contratos de swaps	1.213.677	3.181.323	1.155.914	14.218.209	19.769.123	28.515.768
Derivativos de crédito	-	325.910	16.296	311.244	653.450	739.311
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	666.178	3.679.845	1.376.058	212.042	5.934.123	4.340.268

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2016)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	Non Deliverable Forward
Bolsa de valores	85.699.792	-	35.714.432	-	-	-
Balcão	-	314.132	7.304.599	19.769.123	653.450	5.934.123
Instituições financeiras	-	314.132	5.830.852	12.342.581	653.450	1.842.132
Cliente	-	-	1.473.747	7.426.542	-	4.091.991

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Risco recebido	278.653	(18.539)	(11.502)	348.831	(21.738)	(46.203)
Risco transferido	374.797	2.552	2.311	390.480	(27)	(1.292)
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	48.887	2.577	2.661	13.018	42	45
Posição Passiva – Pré-fixado	604.563	(18.564)	(11.852)	726.293	(21.807)	(47.540)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 3.310 (R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2015).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	238.987	13.210
Notas do Tesouro Nacional	1.214.236	1.420.010
Letras do Tesouro Nacional	608.881	1.679.865
Outros	35.036	203.758
Total	2.097.140	3.316.843

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para as operações de crédito, a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada na métrica de cálculo de efetividade.

Hedge de risco de mercado

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado.

	31.12.2016	31.12.2015
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	3.425.116	9.154.356
Futuro	3.126.786	9.088.434
Swap	35.902	65.922
Opções	262.428	-
Passivo	28.227.058	17.230.896
Futuro	28.227.058	17.230.896
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	22.938.973	26.049.354
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.781.536	3.443.442
Títulos e Valores Mobiliários	1.035.899	6.009.320
Operações de Crédito	16.121.538	16.596.592
Passivo	3.271.177	9.091.821
Obrigações por TVM no Exterior	-	5.085.442
Dívida Subordinada	3.271.177	4.006.379

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na BM&FBOVESPA.

A marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ (26.571), foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ (15) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

	31.12.2016	31.12.2015
Hedge de Fluxo de Caixa		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	265.531	-
Futuro	265.531	-
Itens Objeto de Hedge		
Passivo	250.639	-
Obrigações por Letras Financeiras	23.514	-
Dívida Subordinada	227.125	-

Os vencimentos das operações objeto do hedge de fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2016, são:

Vencimentos	Saldo Contábil
jan/19	23.514
jan/20	75.286
out/21	151.839
Total Objeto de Hedge de Fluxo de Caixa	250.639

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(452.126)	(1.243.926)	(5.031.437)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	452.232	1.281.496	5.070.777
Efeito Líquido	106	37.570	39.340
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	1.815.071	4.531.606	4.181.176
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.822.018)	(4.557.345)	(4.181.264)
Efeito Líquido	(6.947)	(25.739)	(88)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *Hedge* de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 3.529.

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	314.092	-	5.127	-
Mercado de opções	685.855	241.292	661.195	14.909
Contratos de <i>swaps</i>	363.115	985.016	341.804	1.172.314
Derivativos de crédito	-	2.661	45	-
Outros instr. financ. derivat.	90.421	2.833	290.982	63.165
Total	1.453.483	1.231.802	1.299.153	1.250.388
Passivo				
Operações de termo	(309.209)	-	(5.088)	-
Mercado de opções	(1.135.862)	(163.328)	(1.384.884)	(9.981)
Contratos de <i>swaps</i>	(120.152)	(801.480)	(363.879)	(1.030.333)
Box de opções –Estratégia de renda fixa	-	-	-	-
Derivativos de crédito	(350)	(11.502)	-	(47.540)
Outros instr. financ. derivat.	(156.294)	(9.532)	(51.674)	(21.003)
Total	(1.721.867)	(985.842)	(1.805.525)	(1.108.857)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
<i>Swap</i>	153.964	1.214.870	(134.221)
Termo	7.381	5.405	3.276
Opções	(184.648)	26.346	(524.655)
Futuro	(130.384)	(1.305.310)	2.322.295
Derivativos de crédito	10.771	33.417	(17.852)
Ajuste ao valor de mercado de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	202.796	810.673	(213.368)
Box de Opções	-	-	(322)
<i>Non Deliverable Forward</i>	35.065	(133.072)	418.189
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	20.947	(279.973)	524.818
Total	115.892	372.356	2.378.160

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>		
	31.12.2016		31.12.2015	Derivativo	31.12.2015	
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Op. Compromissadas/ Valor justo /taxas pré-fixadas	5.781.536	2.128	3.443.442	Futuro DI	6.782.618	4.584.069
<i>Hedge</i> de Tit. e valores mobiliários/ Valor justo / taxa pré-fixada	838.517	-	6.009.320	Swap	834.219	6.020.277
<i>Hedge</i> de Ações de companhias fechadas / Valor justo	197.382	(22.779)	-	Opções	262.428	-
<i>Hedge</i> de Operações de crédito / Valor justo / taxa pré-fixada / variação cambial	16.121.538	354.292	16.596.592	Futuro DI	13.653.456	13.305.967
				Futuro DDI	1.671.709	2.496.538
				Futuro Libor	509.582	748.012
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior/ Valor justo / variação cambial	-	-	5.085.442	Futuro DDI	-	5.089.518
<i>Hedge</i> de Dívida Subordinada / Valor justo / variação cambial/IGP-M	3.271.177	(150.713)	4.006.379	Futuro DDI	3.126.786	3.998.916
				Swap	390.317	338.261
<i>Hedge</i> de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada / Fluxo de caixa / taxa pré-fixada	250.639	-	-	Futuro DI	265.531	-

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	340.569	20.232
Depósitos a vista	3.812	17.596
Recursos a Prazo	334.552	-
Operações de microfinanças	2.205	2.636
Total	340.569	20.232
Ativo circulante	340.569	20.232

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	26.408	42.792	-
Exigibilidade sobre recursos a prazo	26.330	42.714	-
Exigibilidade adicional	78	78	-
Total	26.408	42.792	-

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de crédito	44.098.612	47.515.822
Empréstimos e títulos descontados	7.858.881	9.262.464
Financiamentos	23.316.017	23.303.591
Financiamentos rurais e agroindustriais	450.197	458.207
Financiamentos imobiliários	307.446	469.075
Operações de crédito vinculadas às cessões ⁽¹⁾	12.166.071	14.022.485
Outros Créditos com características de concessão de crédito	3.394.120	3.274.626
Operações com cartões de crédito	956.900	769.792
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	316.167	593.551
Avais e fianças honrados	174.084	197.497
Títulos e créditos a receber	1.946.969	1.713.786
Operações de Arrendamento Mercantil	127.341	193.312
Total da Carteira de Crédito	47.620.073	50.983.760
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.671.220)	(4.152.135)
(Provisão para operações de crédito)	(3.352.187)	(3.270.671)
(Provisão para outros créditos)	(313.022)	(854.729)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(6.011)	(26.735)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	43.948.853	46.831.625

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

b) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	146.323	217.016
Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Ativo circulante	84.552	135.575
Ativo não circulante	61.771	81.441
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(145.193)	(210.835)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Ativo circulante	(83.899)	(131.713)
Ativo não circulante	(61.294)	(79.122)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Títulos e créditos a receber	12	964
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 14a)	133.676	240.648
Credores por antecipação do valor residual	(7.467)	(53.518)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	127.351	194.275

c) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Operações de Crédito	3.659.569	6.661.252	8.251.554
Empréstimos e títulos descontados	1.032.239	2.094.193	2.123.935
Financiamentos	2.184.961	3.797.968	5.331.335
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.904	34.162	33.926
Financiamentos imobiliários	22.800	56.603	63.540
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	395.150	663.956	653.010
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.887	1.310	36.779
Avais e fianças honrados	120	713	4.371
Outras	5.508	12.347	4.658
Arrendamento Mercantil (Nota 8i)	77.434	191.088	689.431
Total ⁽²⁾	3.737.003	6.852.340	8.940.985

⁽¹⁾ Foram realizadas vendas de operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 702.364 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (com impacto no resultado de R\$ 18.300) e R\$ 872.467 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (com impacto no resultado de R\$ 36.885), por meio de cessões de crédito, sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizariam R\$ 9.935.481 (R\$ 12.442.209 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

d) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor Público	527.358	1,12%	705.295	1,38%
Governo	527.358	1,12%	705.295	1,38%
Administração pública	527.358	1,12%	705.295	1,38%
Setor Privado	46.739.827	98,88%	50.522.628	98,62%
Pessoa Física ⁽¹⁾	32.905.505	69,62%	33.764.187	65,91%
Pessoa Jurídica	13.834.322	29,26%	16.758.441	32,71%
Agronegócio de origem animal	378.178	0,80%	339.346	0,66%
Agronegócio de origem vegetal	262.484	0,56%	373.637	0,73%
Atividades específicas da construção	382.521	0,81%	438.540	0,86%
Automotivo	38.362	0,08%	217.740	0,43%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.340.008	9,17%	5.634.465	11,00%
Comércio varejista	1.073.845	2,27%	1.153.163	2,25%
Construção pesada	43.974	0,09%	651.076	1,27%
Eletroeletrônico	1.715	0,00%	1.676	0,01%
Energia elétrica	570.347	1,21%	623.897	1,22%
Imobiliário	249.927	0,53%	394.731	0,77%
Instituições e serviços financeiros	720.698	1,52%	241.033	0,47%
Madeireiro e moveleiro	17.349	0,04%	19.617	0,04%
Mineração e metalurgia	306.679	0,65%	320.343	0,63%
Papel e celulose	309.587	0,65%	672.619	1,31%
Químico	1.076.464	2,28%	1.251.800	2,44%
Serviços	1.766.451	3,74%	2.209.689	4,31%
Telecomunicações	81.112	0,17%	91.287	0,18%
Têxtil e confecções	71.646	0,15%	148.290	0,29%
Transportes	1.198.664	2,54%	1.533.474	2,99%
Demais atividades	944.311	2,00%	442.018	0,85%
Total	47.267.185	100,00%	51.227.923	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾	352.888		(244.163)	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	47.620.073		50.983.760	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de *hedg*e de risco de mercado.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.983.502	21.203.550	6.564.955	7.035.645	1.283.232	191.674	54.601	87.491	390.641	40.795.291	45.668.593
01 a 30	775.997	1.406.813	246.791	242.700	29.086	6.255	3.898	1.860	75.553	2.788.953	2.789.174
31 a 60	651.684	1.107.487	269.145	265.513	38.335	6.387	2.213	2.142	6.883	2.349.789	2.326.628
61 a 90	212.867	997.795	266.108	217.351	51.968	14.336	10.171	1.994	5.877	1.778.467	1.911.463
91 a 180	226.088	2.841.411	757.821	675.237	108.271	21.250	7.946	47.362	20.293	4.705.679	5.623.533
181 a 360	228.199	4.821.411	1.263.670	1.243.336	201.477	32.957	10.547	9.018	39.244	7.849.859	8.690.360
Acima de 360	1.888.667	10.028.633	3.761.420	4.391.508	854.095	110.489	19.826	25.115	242.791	21.322.544	24.327.435
Parcelas Vencidas	-	968.917	66.181	65.315	17.091	7.434	818	1.055	8.201	1.135.012	796.789
Até 14 dias	-	968.917	66.181	65.315	17.091	7.434	818	1.055	8.201	1.135.012	796.789
Subtotal	3.983.502	22.172.467	6.631.136	7.100.960	1.300.323	199.108	55.419	88.546	398.842	41.930.303	46.465.382
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	695.961	806.068	302.246	264.959	283.803	233.755	672.151	3.258.943	2.978.961
01 a 30	-	-	44.219	46.606	22.275	14.863	17.089	13.703	42.137	200.892	183.571
31 a 60	-	-	43.448	45.993	19.254	14.628	17.020	14.341	41.005	195.689	164.784
61 a 90	-	-	39.710	41.969	17.866	13.303	15.180	12.166	40.498	180.692	164.992
91 a 180	-	-	110.946	117.197	47.632	36.800	40.651	33.868	103.946	491.040	423.998
181 a 360	-	-	176.539	189.175	74.425	61.003	67.461	54.204	172.200	795.007	663.686
Acima de 360	-	-	281.099	365.128	120.794	124.362	126.402	105.473	272.365	1.395.623	1.377.930
Parcelas Vencidas ⁽¹⁾	-	-	106.965	175.920	131.730	134.465	137.429	119.412	1.272.018	2.077.939	1.783.580
De 01 a 14	-	-	1.119	21.576	11.512	6.316	10.180	6.861	18.487	76.051	103.040
15 a 30	-	-	103.070	75.263	33.378	29.409	21.227	12.835	117.714	392.896	289.795
31 a 60	-	-	2.776	73.260	27.220	19.941	20.089	14.899	51.119	209.304	249.092
61 a 90	-	-	-	4.130	53.664	14.145	20.444	13.391	43.808	149.582	137.927
91 a 180	-	-	-	1.691	5.956	45.395	55.533	65.061	168.405	342.041	437.251
181 a 360	-	-	-	-	-	19.259	9.956	6.365	831.298	866.878	559.114
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	41.187	41.187	7.361
Subtotal	-	-	802.926	981.988	433.976	399.424	421.232	353.167	1.944.169	5.336.882	4.762.541
Total	3.983.502	22.172.467	7.434.062	8.082.948	1.734.299	598.532	476.651	441.713	2.343.011	47.267.185	51.227.923
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾										352.888	(244.163)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										47.620.073	50.983.760

⁽¹⁾ Para as operações do varejo com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para as operações do atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme avaliação interna.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2016				31.12.2015			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽²⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,00%	3.983.502	-	-	-	4.181.166	-	-	-
A	0,50%	22.172.467	(110.862)	-	(110.862)	24.878.818	(124.395)	(838)	(125.233)
B	1,00%	7.434.062	(74.341)	-	(74.341)	8.029.925	(80.298)	(7.969)	(88.267)
C	3,00%	8.082.948	(242.490)	-	(242.490)	8.393.910	(251.817)	(37.128)	(288.945)
D	10,00%	1.734.299	(173.431)	-	(173.431)	1.505.541	(150.553)	(32.970)	(183.523)
E	30,00%	598.532	(179.559)	-	(179.559)	606.496	(181.949)	(9.814)	(191.763)
F	50,00%	476.651	(238.325)	-	(238.325)	434.228	(217.115)	(6.302)	(223.417)
G	70,00%	441.713	(309.201)	-	(309.201)	918.587	(643.011)	(128.724)	(771.735)
H	100,00%	2.343.011	(2.343.011)	-	(2.343.011)	2.279.252	(2.279.252)	-	(2.279.252)
Total		47.267.185	(3.671.220)	-	(3.671.220)	51.227.923	(3.928.390)	(223.745)	(4.152.135)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		352.888				(244.163)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de Mercado		47.620.073				50.983.760			

(1) Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

(2) No quarto trimestre de 2016 a provisão adicional passou a compor a provisão mínima requerida, com o aprimoramento de critérios de avaliação de risco de crédito (de escoragem comportamental ou "behaviour scoring"), bem como de agravamento de nível de risco.

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	2.988.867	4.152.135	4.261.607
Reforço / (reversão)	1.775.773	2.467.002	3.061.043
Provisão mínima requerida	1.814.541	2.690.747	2.817.769
Provisão adicional	(38.768)	(223.745)	243.274
Baixas para prejuízo	(1.093.420)	(2.947.917)	(3.170.515)
Saldo final	3.671.220	3.671.220	4.152.135

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano ⁽¹⁾	73.589	121.368
De 1 a 5 anos	53.762	72.907
Total Valor Presente⁽²⁾	127.351	194.275

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	77.434	191.088	689.431
Arrendamento financeiro	50.893	127.647	311.819
Lucro na alienação de bens arrendados	17.502	42.478	351.156
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	9.039	20.963	26.456
Despesas de Arrendamento Mercantil	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Arrendamento financeiro	(63.281)	(155.822)	(623.396)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(578)	(2.614)	(560)
Total	13.575	32.652	65.475

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Maior devedor	1.011.003	2,14%	1.214.226	2,38%
10 Maiores devedores	3.954.235	8,36%	4.862.267	9,54%
20 Maiores devedores	5.569.892	11,78%	6.569.802	12,89%
50 Maiores devedores	8.550.298	18,09%	9.760.914	19,15%
100 Maiores devedores	10.953.214	23,17%	12.482.182	24,48%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 2.470 (R\$ 100.722 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 7.182 (R\$ 35.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 7.260, registrados na rubrica Outras obrigações – Diversas – Provisão para perdas – Outros Riscos.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	31.12.2016	31.12.2015
Instituições financeiras - Partes relacionadas	-	276.235
Total	-	276.235

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	12.166.071	13.755.869	14.022.485	15.676.940
Total	12.166.071	13.755.869	14.022.485	15.676.940

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações – Diversas – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 19d).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 3.241.577 (R\$ 4.139.123 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 2.208.256 (R\$ 3.027.578 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

m) Movimentação dos créditos renegociados

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	6.846.858	7.961.559	2.906.644
Contratações ⁽¹⁾	2.415.397	4.353.894	9.335.072
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.187.753)	(4.848.717)	(3.791.599)
Baixa para prejuízo	(309.130)	(701.364)	(488.558)
Saldo final	6.765.372	6.765.372	7.961.559

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui o acréscimo no estoque de saldos renegociados decorrente da alteração do critério de classificação dos créditos objetos de renegociação.

n) Informações Complementares

	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	1.785.990	1.569.173
Garantias prestadas	7.823.978	9.362.459

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Montante de créditos recuperados anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	438.963	719.693	683.266

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	336.653	1.562.382
Direitos sobre vendas de câmbio	178.705	631.864
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(7.057)	(18.200)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	7.943	16.504
Total	516.244	2.192.550
Ativo circulante	516.244	2.192.550
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(177.680)	(623.601)
Obrigações por compras de câmbio	(344.145)	(1.460.187)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	303.660	550.478
Total	(218.165)	(1.533.310)
Passivo circulante	(218.165)	(1.533.310)
Carteira de Câmbio líquida	298.079	659.240
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	43.044	13.826

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de câmbio	744.031	1.910.927	3.036.774
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	34.774	34.774	3.800
Despesas de câmbio	(723.886)	(2.210.099)	(2.532.705)
Resultado de operações de câmbio	54.919	(264.398)	507.869

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido – Crédito Tributário (Nota 23f)	7.530.669	7.833.099
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 26g)	824.776	1.169.530
Devedores por depósitos em garantia - Outros	379	331
Operações com cartões de crédito (Nota 8a)	956.900	769.792
Títulos e Créditos a Receber - Op. em recuperação judicial homologada	84.775	600.882
Títulos e créditos a receber	1.862.194	1.112.904
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	88.562
Impostos e contribuições a compensar	230.477	253.918
Impostos e contribuições a recuperar	-	31
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	13.688	19.104
Devedores diversos - no País	98.454	65.601
Valores a receber de sociedades ligadas	-	2.668
Outros	29.637	99.913
Total	11.631.949	12.016.335
Ativo circulante	5.300.923	4.645.384
Ativo não circulante	6.331.026	7.370.951

11. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2016	31.12.2015
Bens não de Uso Próprio	282.174	262.421
Veículos e afins	103.527	79.233
Imóveis	37.189	180.630
Bens em regime especial	139.959	1.561
Máquinas e equipamentos	1.499	997
Material em Estoque	849	923
Subtotal	283.023	263.344
(Provisão para desvalorização)	(46.812)	(45.457)
Despesas Antecipadas	252.249	407.703
Despesas de seguros	3.604	1.844
Despesas de processamento de dados	7.657	3.527
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	230.722	388.476
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.469	2.651
Despesas de serviços técnicos especializados	2.853	1.417
Direito de usufruto de ações	1.249	6.167
Outras	3.695	3.621
Total	488.460	625.590
Ativo circulante	270.622	251.131
Ativo não circulante	217.838	374.459

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua originação.

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN n° 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN n° 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, equivalente ao montante de R\$ 170.886 (R\$ 170.112 em 31 de dezembro de 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecida despesa no montante de R\$ 207.288 (R\$ 107.078 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) referente ao reconhecimento antecipado da remuneração de correspondentes, registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações – Exercício/2016		Saldo contábil	Resultado equivalência
	31.12.2015	Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2016	Exercício/2015
No País - Não consolidadas					
Votorantim Corretora de Seguros S.A..	215.022	(149.260)	168.721	234.483	149.261
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	36.355	83.587	13.576	133.518	6.706
Promotiva S.A ⁽¹⁾	4.592	-	12.186	16.778	(94)
BV Empreendimentos e Participações S.A. ⁽²⁾	-	1.128.993	(203.391)	925.602	-
Total das participações em controladas	255.969	1.063.320	(8.908)	1.310.381	155.873

⁽¹⁾ Atual denominação da BV Promotora S.A.

⁽²⁾ A partir de julho de 2016, o Conglomerado passou a registrar a BV Empreendimentos e Participações S.A. como investimento pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente registrado como Títulos e Valores Mobiliários – Ações (Nota 6a). O montante bruto reclassificado foi de R\$1.113.992, sendo que a porção equivalente ao saldo de ajuste ao valor de mercado (R\$228.976) foi levada a resultado na data da reclassificação. O cálculo das participações nas investidas (SPEs) avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, é realizado mensalmente, com base no balanço patrimonial ou no balancete de verificação levantado com defasagem de dois meses, efetuando-se, quando aplicável, os ajustes necessários para considerar os efeitos de fatos extraordinários ocorridos no período.

b) Informações Financeiras Resumidas das Participações Societárias não consolidadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas

	31.12.2016		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	Promotiva S.A
Ativo Total	320.580	135.897	44.392
Passivo Total	320.580	135.897	44.392
Passivo	254.819	5.602	30.411
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	65.761	130.295	13.981
Resultado do período	168.721	13.576	12.186

⁽¹⁾ O Patrimônio Líquido contempla as destinações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	31.12.2015		
	Votorantim Corretora de Seguros S.A	BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	Promotiva S.A
Ativo Total	291.736	41.075	4.765
Passivo Total	291.736	41.075	4.765
Passivo	225.975	6.313	173
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	65.761	34.762	4.592
Resultado do período	149.259	6.706	(94)

⁽¹⁾ O Patrimônio Líquido contempla as destinações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

c) Outros Investimentos

	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	121.412	115.398
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	1.882	132
Total	123.476	115.712
(Imparidade acumulada)	(52.547)	(47.232)

13. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2015	Exercício/2016		31.12.2016		
	Saldo contábil	Movimentação	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	47.911	23.669	(17.787)	113.185	(59.392)	53.793
Móveis e equipamentos de uso	23.264	(1.739)	(7.548)	51.106	(37.129)	13.977
Sistema de comunicação	3.544	1.312	(2.417)	14.737	(12.298)	2.439
Sistema de processamento de dados	21.207	17.858	(11.665)	122.181	(94.781)	27.400
Sistema de segurança	903	58	(872)	2.462	(2.373)	89
Sistema de transporte	296	8	(115)	786	(597)	189
Total	97.125	41.166	(40.404)	304.457	(206.570)	97.887

14. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2016	31.12.2015
Bens Arrendados	269.416	439.711
Veículos e afins	146.512	332.784
Máquinas e equipamentos	68.259	94.652
Móveis	3.379	3.379
Instalações	416	416
Sistemas de processamento de dados	1.579	8.480
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	49.271	-
Superveniências / (Insuficiência) de Depreciações	(7.739)	60.716
Depreciação Acumulada ⁽¹⁾	(128.001)	(287.319)
Diferido ⁽¹⁾	-	27.540
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	37.812
Amortização acumulada do diferido	-	(10.272)
Total	133.676	240.648

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2016	31.12.2015
Valor presente	134.818	247.793
Credores por antecipação do valor residual	7.467	53.518
Valor presente das operações de arrendamento	127.351	194.275
(-) Valor contábil das operações	142.557	187.077
Arrendamentos a receber – recursos internos	146.323	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(145.193)	(210.835)
Valores residuais a realizar	9.416	58.802
Valores residuais a balancear	(9.416)	(58.802)
Títulos e créditos a receber	12	964
Bens arrendados ⁽¹⁾	269.416	439.711
Depreciação acumulada de bens arrendados ⁽¹⁾	(128.001)	(287.319)
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	-	37.812
Amortização acumulada do diferido ⁽¹⁾	-	(10.272)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	(7.739)	60.716

⁽¹⁾ Conforme Carta Circular 3.791, a linha de diferido de arrendamento foi reclassificado para o grupo de imobilizado de arrendamento para a data base 31 de dezembro de 2016.

c) Depreciação acumulada

	31.12.2016	31.12.2015
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(128.001)	(287.319)
(-) Superveniência / (Insuficiência) de depreciação	(7.739)	60.716
(=) Depreciação Acumulada	(135.740)	(226.603)

15. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2015	Exercício/2016				31.12.2016			
	Saldo contábil	Aquisição	Baixa	Amortização	Imparidade ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
SISBEX	-	-	(200)	-	200	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software adquiridos	13.989	2.926	(7.039)	(5.790)	7.038	23.677	(12.553)	-	11.124
Licenças de uso	48.327	9.732	-	(16.298)	-	92.824	(51.063)	-	41.761
Acordos por direitos de comercialização	835	-	-	(750)	-	5.000	(4.915)	-	85
Softwares desenvolvidos internamente	22.200	38.489	(6.533)	(807)	-	80.583	(9622)	(17.612)	53.349
Total	85.351	51.147	(13.772)	(23.645)	7.238	202.084	(78.153)	(17.612)	106.319

⁽¹⁾ Refere-se a reversão de imparidade pela baixa de ativos.

b) Estimativa de Amortização

	2017	2018	2019	2020	2021	A partir de 2022	Total
Valores a amortizar	27.242	24.888	22.707	14.261	8.423	8.798	106.319

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à Vista	87.991	81.331
Pessoas físicas	17.482	12.532
Pessoas jurídicas	70.469	68.758
Vinculados	40	41
Depósitos Interfinanceiros	1.997.318	1.932.502
Depósitos a Prazo	2.492.328	2.192.045
Moeda nacional	2.109.501	2.109.148
Moeda estrangeira	382.827	82.897
Total	4.577.637	4.205.878
Passivo circulante	2.782.122	2.627.146
Passivo não circulante	1.795.515	1.578.732

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista	87.991	-	-	-	-	-	87.991	81.331
Depósitos interfinanceiros	-	142.325	566.516	78.346	1.109.824	100.307	1.997.318	1.932.502
Depósitos a prazo	-	456.379	1.528.911	490.695	7.952	8.391	2.492.328	2.192.045
Total	87.991	598.704	2.095.427	569.041	1.117.776	108.698	4.577.637	4.205.878

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2016	31.12.2015
Carteira Própria	23.692.302	27.041.174
Títulos Privados – Debêntures ⁽¹⁾	15.958.949	17.926.765
Letras Financeiras do Tesouro	1.569.132	4.031
Letras do Tesouro Nacional	3.439.828	5.133.719
Notas do Tesouro Nacional	1.444.200	3.121.013
Títulos privados - Outros	1.280.193	855.646
Carteira de Terceiros	9.774.594	4.713.636
Letras do Tesouro Nacional	2.485.111	696.198
Letras Financeiras do Tesouro	6.496.484	-
Notas do Tesouro Nacional	792.999	4.017.438
Carteira de Livre Movimentação	2.206.483	1.045.112
Total	35.673.379	32.799.922
Passivo circulante	34.637.971	32.050.247
Passivo não circulante	1.035.408	749.675

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas.

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Captações com Depósitos	(262.617)	(515.195)	(496.173)
Depósitos a prazo	(127.815)	(248.558)	(279.689)
Depósitos interfinanceiros	(134.802)	(266.637)	(216.484)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(2.259.382)	(4.647.793)	(3.587.534)
Carteira própria	(1.754.780)	(3.351.779)	(2.643.036)
Carteira de terceiros	(436.153)	(1.125.592)	(892.481)
Carteira de livre movimentação	(68.449)	(170.422)	(52.017)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.530.518)	(3.052.738)	(4.779.680)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(20.942)	(44.465)	(53.589)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(164.844)	(350.247)	(340.160)
Letras financeiras	(1.327.415)	(2.583.143)	(2.270.854)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(13.556)	(66.979)	(2.105.269)
Debêntures	(5)	(56)	(453)
Certificado de Operações Estruturadas	-	-	(1.697)
Outras	(3.756)	(7.848)	(7.658)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	(41.406)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(154.926)	417.219	(1.871.071)
Total	(4.207.443)	(7.798.507)	(10.775.864)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	31.12.2016	31.12.2015
No exterior	995.999	675.463	126.845	1.798.307	4.227.975
Tomados junto a banqueiros no exterior	966.481	669.967	126.845	1.763.293	4.143.258
Exportação	13.874	5.019	-	18.893	72.768
Importação	15.644	477	-	16.121	11.949
Total	995.999	675.463	126.845	1.798.307	4.227.975
Passivo circulante				1.671.462	4.090.964
Passivo não circulante				126.845	137.011

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

		31.12.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional		82.739	77.688
Pré-fixado	de 5,5% a 9,5% a.a.	82.734	77.069
Pós-fixado	Selic	5	619
BNDES		1.597.268	1.581.840
Pré-fixado	até 9,50% a.a.	389.657	568.262
Pós-fixado	de 7,02% a 10,01% a.a. + IPCA	1.160.451	934.406
	até 4,00% a.a. + TJLP		
	de 1,70% a 2,50% a.a. + Selic		
Com variação cambial	de 1,30% a 3,00% a.a. + variação cambial	47.160	79.172
FINAME		1.724.494	2.005.705
Pré-fixado	até 18,96% a.a.	1.636.132	1.910.245
Pós-fixado	de 0,50% a 5,50% a.a. + TJLP	87.769	94.560
	de 1,70% a 2,48% a.a. + SELIC		
Com variação cambial	1,70% a.a. + variação cambial	593	900
Total		3.404.501	3.665.233
Passivo circulante		701.857	878.211
Passivo não circulante		2.702.644	2.787.022

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(50.489)	441.594	(48.189)
Resultado de Obrigações por Repasses	(103.709)	(192.455)	(222.961)
Tesouro Nacional	(3.637)	(6.708)	(6.133)
BNDES	(60.599)	(105.304)	(156.344)
FINAME	(39.473)	(80.443)	(60.484)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(11.235)	125.075	(1.169.913)
Total ⁽¹⁾	(165.433)	374.214	(1.441.063)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Debêntures						-	571
Pós-fixado	R\$	38	100% do DI	2011	2016	-	571
Letras de Crédito Imobiliário						369.810	389.439
Pré-fixado	R\$	11.286	de 12,10% a 15,36% a.a.	2015	2021	13.543	14.812
Pós-fixado	R\$	311.183	de 88,00% a 100,00% do DI	2014	2020	348.019	367.118
Pós-fixado	R\$	6.907	de 4,85% a 6,07% a.a. + IPCA	2015	2018	8.248	7.509
Letras de Crédito do Agronegócio						2.564.336	3.175.519
Pré-fixado	R\$	54.059	de 11,79% a 16,31% a.a.	2015	2021	64.137	94.434
Pós-fixado	R\$	2.071.314	de 90% a 98,50% a.a. do DI	2008	2022	2.460.129	3.035.283
Pós-fixado	R\$	34.132	de 4,52% a 6,50% a.a. + IPCA	2015	2021	40.070	45.802
Letras Financeiras						17.552.169	13.633.973
Pré-fixado	R\$	286.954	de 9,98% a 18,01% a.a.	2012	2024	356.219	391.883
Pós-fixado	R\$	14.496.363	de 100,00% a 112,02% do DI	2011	2020	16.582.501	12.746.766
Pós-fixado	R\$	437.043	de 4,04% a 8,31% a.a. + IPCA	2012	2021	612.388	483.191
Pós-fixado	R\$	967	de 5,70% a 7,43% a.a. + IGPM	2016	2019	1.061	12.133
Obrigações por TVM no Exterior						1.316.099	8.123.303
Pré-fixado	R\$	46.738	de 9,20% a 19,77% a.a.	2007	2020	56.234	1.158.483
Pós-fixado	R\$	3.543	de 92,10% a 101,40% do DI	2012	2017	4.331	11.272
Com variação cambial	USD	362.355	até 5,53% a.a. + variação cambial	2012	2020	1.186.193	6.948.425
Com variação cambial	EUR	20.200	até 0,48% a.a. + variação cambial	2016	2017	69.341	5.123
Total						21.802.414	25.322.805
Passivo circulante						10.244.503	15.483.086
Passivo não circulante						11.557.911	9.839.719

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações legais (Nota 26h)	15.013	9.686
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	159.782	515.597
Provisão para demandas fiscais (Nota 26e1)	52.812	45.724
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	152.176	257.787
Impostos e contribuições a recolher	79.375	80.660
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)	160.320	258.671
Total	619.478	1.168.125
Passivo circulante	395.112	595.021
Passivo não circulante	224.366	573.104

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Nota Subordinada					2.876.929	3.652.280
Com variação cambial	USD 808.048	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	2.876.929	3.652.280
Letras Financeiras Subordinadas					1.999.705	2.393.656
Pré-fixado	300	14,21% a.a.	2016	2023	324	5.558
Pós-fixado	1.314.034	de 1,90% a 1,91% a.a. + CDI de 100,00% a 119,00% do DI	2011	2023	1.353.799	1.506.957
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	2011	2017	383.694	318.754
Pós-fixado	169.022	de 7,25% a 8,00% a.a. + IPCA	2011	2022	261.888	562.387
Total					4.876.634	6.045.936
Passivo circulante					1.851.720	576.404
Passivo não circulante					3.024.914	5.469.532

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras Subordinadas						
Pós-fixado	464.831	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI de 111,00% a 120,00% do DI	2014	2023	647.365	530.061
Pós-fixado	289.842	de 7,32% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	401.212	312.809
Pré-fixado	73.510	de 14,52% a 17,98% a.a.	2015	2022	89.734	38.772
Pós-fixado	27.500	de 117,50% da SELIC	2016	2023	30.633	
Total					1.168.944	881.642
Passivo não circulante					1.168.944	881.642

d) Diversas

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações de operações vinculadas a cessões ⁽¹⁾	13.755.869	15.676.940
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.790	209
Provisão para pagamentos a efetuar	565.409	533.386
Provisões para demandas cíveis (Nota 26e1)	302.241	300.598
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26e1)	887.345	909.712
Credores diversos – no exterior	1.321	2.158
Provisão para perdas – Fianças não honradas	71.059	64.704
Provisão para perdas – Outros riscos	13.253	257.709
Credores diversos – no País	258.589	398.072
Operações com cartão de crédito	989.175	784.032
Outras	23	34
Total	16.846.074	18.927.554
Passivo circulante	9.734.738	10.478.364
Passivo não circulante	7.111.336	8.449.190

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Administração de fundos de investimentos	57.587	115.801	107.728
Cobrança	922	2.010	2.759
Comissões sobre colocação de títulos	49.260	78.556	54.388
Corretagens de operações em Bolsa	9.117	18.660	16.070
Rendas de serviços de custódia	2.641	4.662	2.369
Rendas de garantias prestadas	62.323	127.185	125.599
Transações de cartão de crédito	42.780	80.259	67.178
Comissão de corretagem de seguros	10.620	18.250	14.540
Assessoria financeira	16.124	26.492	8.635
Rendas de serviços prestados ligadas	5.909	17.457	25.318
Outros Serviços	3.790	8.303	18.280
Total	261.073	497.635	442.864

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Confecção de cadastro	173.644	318.607	257.625
Transferência de recursos	219	416	406
Avaliação de bens	118.300	213.231	176.792
Rendas de cartão de crédito	48.154	91.860	81.895
Outras	1.155	1.952	1.941
Total	341.472	626.066	518.659

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Honorários e Pró labore (Nota 24)	(8.782)	(18.470)	(18.479)
Benefícios	(63.067)	(124.898)	(131.538)
Encargos sociais	(84.972)	(179.973)	(181.086)
Proventos	(294.779)	(556.615)	(582.133)
Demandas trabalhistas	(180.118)	(346.694)	(293.524)
Treinamentos	(1.877)	(3.072)	(2.941)
Total	(633.595)	(1.229.722)	(1.209.701)

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Água, energia e gás	(3.420)	(6.997)	(7.011)
Aluguéis	(33.915)	(67.958)	(84.516)
Comunicações	(42.793)	(78.346)	(73.221)
Manutenção e conservação de bens	(7.916)	(15.296)	(15.526)
Material	(1.602)	(3.155)	(5.874)
Processamento de dados	(105.725)	(198.965)	(177.585)
Promoções e relações públicas	(7.288)	(9.980)	(7.587)
Propaganda e publicidade	(4.811)	(6.735)	(4.505)
Publicações	(235)	(1.139)	(717)
Seguros	(2.297)	(3.496)	(2.225)
Serviços do sistema financeiro	(45.431)	(95.903)	(97.648)
Serviços de terceiros	(5.866)	(9.629)	(8.702)
Serviços de vigilância e segurança	(1.470)	(2.433)	(1.922)
Serviços técnicos especializados	(192.056)	(376.581)	(373.427)
Transportes	(6.894)	(12.901)	(12.683)
Viagens	(5.526)	(9.742)	(11.200)
Emolumentos judiciais e cartorários	(56.699)	(110.942)	(110.704)
Amortização	(4.892)	(23.645)	(23.160)
Depreciação	(20.116)	(40.404)	(20.529)
Outras	(39.840)	(76.232)	(84.673)
Total	(588.792)	(1.150.479)	(1.123.415)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Recuperação de encargos e despesas	1.163	2.245	1.373
Reversão de provisões – demandas fiscais	-	-	25.834
Atualização de depósitos em garantia	7.597	58.542	90.727
Variação monetária ativa	7.859	12.635	14.748
Reversão de provisão para perdas – Outros riscos	200.580	223.763	-
Reversão de provisão p/ perdas - Fianças não honradas	-	-	87.403
Reversão de provisão para remuneração variável	3.781	4.051	7.389
Outras	103.883	147.411	130.785
Total	324.863	448.647	358.259

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Custos associados a produção - Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(251.892)	(507.199)	(525.328)
Custos associados à produção – Outras despesas	(9.535)	(25.234)	(31.026)
Demandas fiscais	(5.907)	(6.328)	-
Demandas cíveis	(70.913)	(209.533)	(211.860)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	(4.750)	(7.591)	-
Provisão para perdas – Outros riscos	-	-	(20.410)
Despesas de Juros (adesão REFIS)	(12.375)	(35.512)	(43.810)
Outras	(104.741)	(150.248)	(234.369)
Total	(460.113)	(941.645)	(1.066.803)

⁽¹⁾ Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas não operacionais	(11.734)	31.938	16.405
Lucro na alienação de valores e bens	(22.076)	-	-
Rendas de aluguéis	1.363	3.053	633
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.593)	-	-
Outras receitas não operacionais	12.572	28.885	15.772
Despesas não operacionais	7.173	(30.996)	(45.162)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(5.712)	(20.258)	(19.113)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(1.694)	(3.437)	(3.863)
Perdas de Capital	39	-	-
Desvalorização de outros valores e bens	18.442	(2.804)	(10.722)
Outras despesas não operacionais	(3.902)	(4.497)	(11.464)
Total	(4.561)	942	(28.757)

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.826.980 (R\$ 7.483.754 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 357.993, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de maio de 2015.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 343.226, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de maio de 2016.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício do Conglomerado Financeiro Votorantim, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 101.131 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 114.409 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

	Exercício/2016		Exercício/2015	
	Valor (R\$ mil)		Valor (R\$ mil)	
Lucro líquido do período ⁽¹⁾	425.814		481.720	
Reserva legal	(21.291)		(24.086)	
Base de cálculo	404.523		457.634	
Dividendo mínimo obrigatório	101.131		114.409	
Valor proposto	101.131		114.409	
% sobre a base de cálculo	25%		25%	

	Exercício/2016		Exercício/2015	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Lucro líquido do período ⁽¹⁾	425.814	4,04	481.720	4,57
Dividendos a pagar	101.131	0,96	114.409	1,09

⁽¹⁾ Lucro Líquido do Conglomerado Financeiro Votorantim

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2016			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(149.210)	28.119	(11.396)	(132.487)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(139.180)	(7.489)	4.627	(142.042)
Controladas	(10.030)	35.608	(16.023)	9.555
Hedge de Fluxo de Caixa	(11.090)	(6.407)	2.883	(14.614)
Banco Votorantim	(11.090)	(6.407)	2.883	(14.614)
Total	(160.300)	21.712	(8.513)	(147.101)

	Exercício/2016				Exercício/2015			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário ⁽²⁾	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(631.644)	715.479	(216.322)	(132.487)	(327.123)	(408.502)	103.981	(631.644)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(561.705)	570.945	(151.282)	(142.042)	(222.626)	(455.501)	116.422	(561.705)
Controladas	(69.939)	144.534	(65.040)	9.555	(104.497)	46.999	(12.441)	(69.939)
Hedge de Fluxo de Caixa	-	(26.571)	11.957	(14.614)	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	(26.571)	11.957	(14.614)	-	-	-	-
Total	(631.644)	688.908	(204.365)	(147.101)	(327.123)	(408.502)	103.981	(631.644)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ A partir do quarto trimestre de 2016 passamos a reconhecer os efeitos fiscais de títulos disponíveis para venda da agência no exterior.

23. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Valores correntes	39.485	(138.298)	(212.601)
IR e CSLL no País – Corrente	33.814	(152.061)	(256.646)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	5.671	13.763	44.045
Valores Diferidos	233.406	292	1.148.352
Passivo fiscal diferido	(45.356)	98.356	75.172
Marcação a mercado	(49.574)	83.176	(35.457)
Superveniência de depreciação	4.218	15.180	110.629
Ativo fiscal diferido	278.762	(98.064)	1.073.180
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(99.420)	(1.849)	(69.631)
Diferenças temporárias	311.737	72.854	820.278
Marcação a mercado	66.445	(169.069)	322.533
Total	272.891	(138.006)	935.751

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado antes dos tributos e participações	(171.515)	516.796	(273.083)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	77.183	(232.559)	122.888
Encargos sobre JCP	-	-	31.500
Resultado de participação em controladas	56.513	(38.471)	306.311
Participação de empregados no lucro	21.931	59.283	81.427
Outros Valores ⁽¹⁾	117.264	73.741	393.625
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	272.891	(138.006)	935.751

⁽¹⁾ Inclui no exercício findo em 2015, o montante de R\$ 425.642 (Consolidado) relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015). Inclui, no 2º semestre de 2016, o reconhecimento da variação cambial do prejuízo da agência no exterior.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Cofins	(121.537)	(268.302)	(274.263)
ISSQN	(25.934)	(49.636)	(47.331)
PIS	(19.723)	(43.651)	(44.786)
Outras	(14.492)	(24.384)	(35.612)
Total	(181.686)	(385.973)	(401.992)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2016	31.12.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	-	15.179
Marcação a mercado	160.320	243.492
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	160.320	258.671
Imposto de Renda	89.066	150.452
Contribuição Social	71.254	108.219

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Ativado)

	31.12.2015	Exercício/2016	31.12.2016
	Saldo	Movimentação Líquida no Período ⁽²⁾	Saldo
Diferenças temporárias	6.768.061	(300.580)	6.467.481
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	4.600.610	(251.783)	4.348.827
Provisões Passivas	1.142.592	323.145	1.465.737
Marcação a mercado ⁽¹⁾	998.033	(373.434)	624.599
Outras provisões	26.826	1.492	28.318
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.065.038	(1.849)	1.063.189
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.833.099	(302.429)	7.530.670
Imposto de Renda	4.772.429	(110.838)	4.661.591
Contribuição Social	3.060.670	(191.591)	2.869.079

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a parcela de R\$ 110.313 (do total de R\$ 624.600) no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no exercício de 2016, são de R\$ (204.364) do total de R\$ (373.434).

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário – Não Ativado)

	31.12.2016	31.12.2015
Crédito Tributário no exterior	10.278	11.855
Total dos Créditos Tributários não Ativados	10.278	11.855
Imposto de Renda	5.710	7.409
Contribuição Social	4.568	4.446

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo no consolidado não constituído de crédito tributário foi de R\$ 10.278 (R\$ 11.855 em 31 de dezembro de 2015), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º semestre de 2016.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2017	2.293.933	2.158.643
Em 2018	1.437.395	1.269.194
Em 2019	814.764	673.962
Em 2020	943.147	730.659
Em 2021	837.444	607.096
A partir de 2022	1.203.986	645.576
Total de Créditos Tributários	7.530.669	6.085.130

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	1%	34%
Em 2018	8%	21%
Em 2019	16%	10%
Em 2020	9%	13%
Em 2021	7%	12%
A partir de 2022	59%	10%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Honorários e Pró labore	8.782	18.470	18.479
Gratificações	2.620	32.745	26.012
Encargos sociais	3.287	15.104	13.282
Total	14.689	66.319	57.773

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pela legislação vigente.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (cotas de fundo de investimento em participações) classificados na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira. Essa operação não gerou impactos no resultado, passíveis de eliminação no processo de consolidação do conglomerado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 7.593.212 (R\$ 10.079.565 em 31 de dezembro de 2015). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2016						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	
Ativos							
Disponibilidades	79.879	-	-	-	-	-	79.879
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5.054.804	-	19.613.440	-	-	-	24.668.244
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	384	17.935.260	-	-	1.223.195	19.158.839
Outros ativos	260.746	7.848	17.386	-	383	290	286.653
Passivos							
Depósitos à vista	(188)	(225)	(1.697)	(1.046)	(50)	-	(3.206)
Depósitos a prazo	(690)	(19.172)	(3.164)	(297.926)	(587)	-	(321.539)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(5.120.973)	-	-	-	(5.120.973)
Captações no mercado aberto	(569.695)	(974.487)	(10.809.573)	-	(1.667)	-	(12.355.422)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(56.883)	(347.781)	-	-	(10.050)	-	(414.714)
Obrigações por empréstimos e repasses	(375.061)	-	-	-	-	-	(375.061)
Instrumentos financeiros derivativos	(23.947)	(9.430)	-	-	-	-	(33.377)
Outros passivos	(13.946.963)	(50.565)	(1.447)	-	-	-	(13.998.975)
2º Semestre/2016							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	596.680	-	2.694.066	-	-	121.857	3.412.603
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.485)	102	-	-	-	-	(1.383)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(57.141)	(114.798)	(1.142.186)	(28.821)	(800)	-	(1.343.746)
Exercício/2016							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.303.786	-	5.428.691	-	2	149.267	6.881.746
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(419)	(6.463)	(263.648)	-	-	-	(270.530)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(97.187)	(202.724)	(1.754.445)	(42.817)	(1.902)	-	(2.099.075)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2015						
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	380	-	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	21.113.149	-	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	19.377.069	-	-	994.974	20.383.510
Outros ativos	4.364	18.345	113.473	34	1.292	232	137.740
Passivos							
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	(5.869)	(379)	(81)	-	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	(5.928)	(254.757)	(23)	-	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(427.030)	-	-	-	(427.030)
Captações no mercado aberto	(106.738)	(838.137)	(6.854.290)	-	(1.663)	-	(7.800.828)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	(19.132)	-	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	(9.976.718)	-	-	-	(9.994.162)
Outros passivos	(15.762.580)	-	(35.125)	(12)	-	-	(15.797.717)
	Exercício/2015						
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.150.587	14.327	6.274.386	-	65	152.989	7.592.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(48.612)	3.908	(2.631.147)	-	-	-	(2.675.851)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(27.458)	(95.200)	(211.540)	(34.318)	(1.963)	-	(370.479)

- (1) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº2 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.
- (2) Inclui a Promotiva S.A (atual denominação da BVIP – BV Investimentos e Participações S.A.), BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.
- (3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação.
- (4) Em 2016 inclui BVIA FIP; e em 2015 inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 165.588 (R\$ 161.274 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 117.601, sendo R\$ 41.147 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R\$ 64.925 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013, R\$ 11.440 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014 e R\$ 89 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 345.380 (R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2015).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Quantidade inicial	57.578.495	65.642.106	36.715.932
Novos / Atualizações	21.146.154	42.312.245	40.064.146
Pagos	-	(27.583.094)	(10.275.509)
Canceladas	(163.183)	(1.809.791)	(862.463)
Quantidade final	78.561.466	78.561.466	65.642.106

O valor inicial das ações virtuais concedidas é calculado sobre o Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social, onde é atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente à provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Demandas fiscais			
Saldo inicial	46.774	45.724	71.557
Constituições	8.160	10.152	14.177
Reversão da provisão	(2.431)	(6.792)	(28.086)
Baixa por pagamento	(458)	(2.147)	(15.277)
Atualizações	767	5.875	3.353
Saldo final	52.812	52.812	45.724
Demandas cíveis			
Saldo inicial	335.604	300.598	324.968
Constituições	64.278	134.647	122.161
Reversão da provisão	(51.216)	(88.680)	(91.083)
Baixa por pagamento	(60.556)	(107.814)	(125.260)
Atualizações	14.131	63.490	69.812
Saldo final	302.241	302.241	300.598
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	917.197	909.712	961.854
Constituições	287.090	493.374	526.071
Reversão da provisão ⁽¹⁾	(290.224)	(399.346)	(358.765)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(81.902)	(209.928)	(301.627)
Atualizações	55.184	93.533	82.179
Saldo final⁽³⁾	887.345	887.345	909.712
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.242.398	1.242.398	1.256.034

(1) Referem-se, basicamente, a negociações de acordos, revisões de processos e prognósticos de perdas.

(2) Referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

(3) A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada. Essa alteração incorreu em uma reversão na provisão no montante de R\$16.810.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2016

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	887.345	43.512	302.241
De 5 a 10 anos	-	9.300	-
Total	887.345	52.812	302.241

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	1.202.059	1.016.785
Demandas Cíveis ⁽²⁾	43.070	40.019
Demandas Trabalhistas ⁽³⁾	289.441	467.292
Total	1.534.570	1.524.096

(1) Referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 235.787 (R\$ 223.034 em 31 de dezembro de 2015); b) INSS sobre PLR R\$ 138.907 (R\$ 51.514 em 31 de dezembro de 2015); c) IRPJ destinação ao FINOR R\$ 45.837 (R\$ 119.710 em 31 de dezembro de 2015); d) ISS R\$ 11.096 (R\$ 11.139 em 31 de dezembro de 2015); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 41.700 (R\$ 39.130 em 31 de dezembro de 2015); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 38.895 (R\$ 36.651 em 31 de dezembro de 2015); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 28.418 (R\$ 27.043 em 31 de dezembro de 2015); h) IRPJ/CSLL – Dedução PDD 2008 R\$ 104.520 (R\$ 99.113 em 31 de dezembro de 2015); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 142.804 (R\$ 127.753 em 31 de dezembro de 2015); j) CSLL – Auto de Infração: Exclusão Indevida na base de cálculo da CSLL de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) dos anos de 2009 e 2010, no valor total de contribuição de R\$ 138.200 referente a principal, multa e juros, do ano de 2009 (R\$ 127.441 em 31 de dezembro de 2015); k) IRPJ/CSLL – Auto de Infração: Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (ano de 2010) no valor total de R\$ 11.811 de IRPJ e R\$ 10.124 de CSLL (R\$ 11.152 e R\$ 9.908, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015); l) PerDcomp: impossibilidade de utilização de IRRF exterior s/ remessas exterior como saldo negativo de IRPJ, no valor de R\$ 32.550 (R\$ 29.827 em 31 de dezembro de 2015); m) Gratificações pagas a administradores (2011 e 2012): impossibilidade de dedução na base de cálculo da CSLL R\$ 17.775; n) Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL: excesso compensação (2012), no valor de R\$ 16.994 de IRPJ e R\$ 45.889 de CSLL.

(2) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(3) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada. O montante de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 31 de dezembro de 2015 no Banco de R\$ 389.188 e no consolidado de R\$ 1.008.555 foram reapresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz do novo modelo de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

g) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais	307.246	682.384
Demandas Cíveis	242.009	221.944
Demandas Trabalhistas	275.521	265.202
Total	824.776	1.169.530

h) Obrigações Legais

O Consolidado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 15.013 (R\$ 9.686 em 31 de dezembro de 2015) relativo às seguintes ações:

h.1) PIS LC 07/70 – BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 711 (R\$ 684 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

h.2) ISS Sobre Garantias Prestadas – Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 11.275 (R\$ 6.215 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

h.3) Fator Acidentário de Proteção – FAP – Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI

Foram ajuizadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho – SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção – FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco e a BV Financeira realizaram depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto às ações do Banco Votorantim e da CP Promotora, houve sentença julgando improcedente o pedido, bem como, no primeiro caso, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação ao INSS, tendo em vista sua ilegitimidade passiva. Em face das referidas decisões foram interpostos Embargos de Declaração, tendo somente o recurso do Banco sido acolhido apenas para sanar omissão quanto a alegação pontual da União, mantendo-se, contudo, o decreto de improcedência do pedido. Dessa forma, interpuseram-se Recursos de Apelação com o fim de reformar integralmente as Sentenças de primeiro grau, os quais foram recebidos em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese a decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos a provisão de R\$ 3.027 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhado às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência(PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.12.2016	31.12.2015
PR – Patrimônio de Referência	9.218.435	10.742.263
Nível I	6.836.538	6.686.016
Capital Principal	6.836.538	6.686.016
Patrimônio Líquido	8.247.123	7.616.664
Ajustes Prudenciais	(1.410.585)	(930.648)
Ativos diferidos	-	(14.767)
Outros	(1.408.486)	(913.229)
Ajustes ao valor de mercado	(2.099)	(2.652)
Nível II	2.381.897	4.056.247
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.381.897	4.056.247
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	956.147	834.046
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ^{(1) (2)}	1.425.750	3.222.201
Recursos captados no exterior	1.404.551	1.884.476
Recursos captados com CDB	-	272.451
Recursos captados com Letras Financeiras	21.199	1.065.274
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	61.230.489	70.549.049
Risco de Crédito (RWACPAD)	55.945.627	62.926.270
Risco de Mercado (RWAMPAD)	669.866	2.842.895
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.614.996	4.779.884
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽³⁾	6.046.511	7.760.395
Capital Principal Mínimo Requerido⁽⁴⁾	2.755.372	3.174.707
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁵⁾	3.673.829	4.232.943
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	299.168	392.989
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.171.924	2.981.868
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	4.081.165	3.511.308
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	3.162.708	2.453.073
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.872.756	2.588.879
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	11,17%	9,48%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	11,17%	9,48%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,06%	15,23%

(1) Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(2) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(4) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(5) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2016	31.12.2015
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(62.272)	(31.447)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(647.358)	(418.931)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(698.857)	(462.851)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	-	(14.767)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.099)	(2.652)
Total	(1.410.586)	(930.648)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 16,52% (4,68% em 31 de dezembro de 2015), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	31.12.2016	31.12.2015
Limite para imobilização	4.609.217	5.371.131
Valor da situação para o limite de imobilização	1.523.243	503.015
Valor da margem ou insuficiência	3.085.974	4.868.116

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.12.2016	31.12.2015	
Ativo			
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	6.110.935	9.234.863	
Outras controladas	63.485	98.056	
Total do Ativo	6.174.420	9.332.919	
Passivo	(4.681.293)	(7.891.914)	
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(4.673.914)	(7.878.700)	
Outras controladas	(7.379)	(13.214)	
Patrimônio líquido	(1.493.127)	(1.441.005)	
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(1.437.020)	(1.356.163)	
Outras controladas	(56.107)	(84.842)	
Total do Passivo	(6.174.420)	(9.332.919)	
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro/(Prejuízo)	106.340	50.943	63.495
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	90.889	42.218	66.959
Outras controladas	15.451	8.725	(3.464)

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme prevê a Resolução CMN Nº 4.512, que dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o montante estimado líquido dos efeitos tributários de constituição da referida provisão em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pela aplicação inicial da referida norma em 01 de Janeiro de 2017, é de R\$ 116.551.

* * *